



O ECLIPSE DO MUNDO COMUM: HANNAH ARENDT ENTRE O ESPAÇO PÚBLICO E A SOCIEDADE DIGITAL¹

Benedito Carlos dos Santos Mesquita

Mestrando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (PPGFIL/UVA). Bacharel em Filosofia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e Licenciado em Filosofia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI).

benedito_15@hotmail.com

Tailine Angelo Silva

Mestranda em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (PPGFIL/UVA). Licenciada em Filosofia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

Tailineangelo88@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa o processo de esvaziamento do espaço público na contemporaneidade à luz da filosofia política de Hannah Arendt, investigando como as transformações promovidas pela sociedade digital afetam a constituição do mundo comum, a experiência da pluralidade e a preservação da dignidade política. A pesquisa parte da hipótese de que o ambiente digital, embora amplie as possibilidades de comunicação e mobilização, tende a fragilizar o espaço público ao substituir a ação compartilhada por formas de participação marcadas pela instantaneidade, pela lógica algorítmica e pela performance. Metodologicamente, o estudo baseia-se em revisão bibliográfica, articulando o pensamento arendtiano com contribuições de Byung-Chul Han, Seyla Benhabib, Michel Foucault e outros comentadores contemporâneos. Os resultados indicam que a mediação algorítmica e a cultura da visibilidade convertem o

¹ Este trabalho é fruto de um trabalho que foi apresentado no XII Encontro Internacional Hannah Arendt em 2019 e reapresentado com modificações para XX Semana de Filosofia da UVA em 2026. E agora, como forma de artigo.

reconhecimento mútuo em competição, enfraquecendo a pluralidade e a liberdade como fundamentos da política. Conclui-se que o eclipse do mundo comum não representa o desaparecimento absoluto da política, mas o obscurecimento das condições que a tornam possível, exigindo a reconstrução de espaços capazes de preservar a dignidade política e a ação entre sujeitos plurais.

Palavras-chave: Espaço público. Mundo comum. Sociedade digital. Dignidade política.

ABSTRACT: This article examines the emptying of the public sphere in contemporary times through Hannah Arendt's political philosophy, investigating how transformations brought about by digital society affect the constitution of the common world, the experience of plurality, and the preservation of political dignity. The research starts from the hypothesis that the digital environment, while expanding communication and mobilization possibilities, tends to weaken the public sphere by replacing shared action with forms of participation marked by instantaneity, algorithmic logic, and performance. Methodologically, the study is based on a bibliographic review, articulating Arendtian thought with contributions from Byung-Chul Han, Seyla Benhabib, Michel Foucault, and other contemporary commentators. The results indicate that algorithmic mediation and the culture of visibility transform mutual recognition into competition, weakening plurality and freedom as foundations of politics. It is concluded that the eclipse of the common world does not represent the absolute disappearance of politics, but the obscuring of the conditions that make it possible, requiring the reconstruction of spaces capable of preserving political dignity and action among plural subjects.

Keywords: Public sphere. Common world. Digital society. Political dignity

Introdução

Nas primeiras décadas do século XXI, a experiência política parece atravessar uma profunda transformação marcada pela fragmentação das relações sociais, pela expansão das tecnologias digitais e pela crescente dificuldade em construir um mundo comum. A promessa de uma sociedade globalmente conectada convive, paradoxalmente, com o isolamento dos indivíduos, a polarização das opiniões e o enfraquecimento dos espaços de deliberação pública. Nesse cenário, torna-se pertinente retomar o pensamento de Hannah Arendt, cuja filosofia política permanece uma das mais fecundas para compreender os desafios impostos à democracia e à experiência da liberdade na contemporaneidade. Mais do que diagnosticar o desaparecimento da política, trata-se de compreender o que se poderia chamar de eclipse do mundo comum, ou seja, um obscurecimento das condições que tornam possível a ação compartilhada entre sujeitos plurais, sem que esta tenha desaparecido por completo.

O debate sobre o esvaziamento do espaço público, à luz do pensamento de Arendt, revela uma tensão central da modernidade tardia. Que aponta a dissolução das condições que tornam possível a vida política enquanto ação e pluralidade humana. Para Arendt, o espaço público não é apenas um lugar físico, mas o espaço de aparição, no qual os indivíduos se revelam reciprocamente por meio da palavra e da ação, constituindo um mundo compartilhado. Assim, podemos depreender que “o espaço da aparência passa a existir sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação, e, portanto, precede toda e qualquer constituição formal do domínio público e as várias formas de governo” (Arendt, 2020, p. 247). A política, portanto, não se reduz à administração do Estado nem ao exercício do poder institucional; ela nasce da presença, da visibilidade e da interação entre sujeitos livres capazes de agir em conjunto e nunca sozinhos.

A crise contemporânea tende a deslocar esse espaço de aparição para o ambiente digital, reconfigurando profundamente as formas de presença, participação e construção do comum. A intensificação das interações mediadas pelas plataformas digitais suscita um debate decisivo acerca do futuro da esfera pública e da própria experiência política. Embora essas tecnologias ampliem as possibilidades de comunicação e mobilização coletiva, elas também favorecem processos de fragmentação social, produção de bolhas informacionais, espetacularização da vida privada e substituição da ação política por formas efêmeras de engajamento.

Nesse sentido, Byung-Chul Han nos aponta que “a comunicação digital destrói o silêncio de que necessita a reflexão. Ela acelera a circulação da informação, mas empobrece a experiência do pensamento e do encontro com o outro” (Han, 2018, p. 18). Essa observação nos mostra um paradoxo central: quanto mais conectados digitalmente, mais isolados parecemos estar do ponto de vista político, pois a conexão mediada pela tela não equivale à presença compartilhada que Arendt considera condição da ação.

Sob esse prisma, Arendt distingue rigorosamente a esfera pública da esfera privada², argumentando que a modernidade promove uma progressiva confusão entre ambas, sobretudo com a ascensão da sociedade, responsável por transformar questões propriamente políticas em problemas de administração da vida. “O surgimento da sociedade [...]

² A separação entre o público e o privado, em Arendt, não corresponde apenas a uma distinção espacial, mas à preservação das condições que tornam possível a liberdade política. Para Arendt, “a distinção entre uma esfera da vida privada e uma esfera da vida pública corresponde à existência da família e da política como entidades diferentes e separadas” (Arendt, 2020, p. 35). Já para Bethânia Assy, ela observa que “a expansão da esfera social na modernidade enfraquece o espaço de aparição e reduz a política às exigências da administração da vida, comprometendo o exercício da pluralidade e da ação entre iguais” (Assy, 2004, p. 115-116).

não apenas borraram a antiga linha divisória entre o privado e o político, mas também alteraram quase além do reconhecimento o significado dos dois termos” (Arendt, 2020, p. 38). Esse deslocamento evidencia que questões antes restritas ao âmbito doméstico passam a ocupar a esfera pública, ao mesmo tempo em que a política perde progressivamente seu caráter de ação entre iguais, cedendo espaço à gestão da vida e à administração dos interesses sociais.

Como consequência disso, o agir político é gradativamente substituído pelo comportamento, e a liberdade cede espaço à conformidade. A pluralidade, que é a condição fundamental da política, encontra-se ameaçada pelo processo de isolamento que já existia e se torna cada vez mais visível. No entanto, o espaço digital deu uma guinada com rapidez nesse processo de isolamento. Dito isso, a questão central não reside na tecnologia em si, mas na possibilidade de ela preservar ou obscurecer as condições de aparição, pluralidade e liberdade que constituem o espaço público. Diante desse cenário, emerge o seguinte problema: em que medida o espaço digital pode ser compreendido como continuidade do espaço público concebido por Hannah Arendt ou, ao contrário, contribui para o seu esvaziamento ao comprometer as condições da ação, da pluralidade e da dignidade política?

Parte-se da hipótese de que o ambiente digital, embora potencialize novas formas de comunicação e mobilização, tende a fragilizar o espaço público quando substitui a experiência concreta da ação compartilhada por formas de participação marcadas pela instantaneidade, pelo consumo de informações e pela lógica da performance. Este artigo tem por objetivo analisar o processo de esvaziamento do espaço público na contemporaneidade a partir da filosofia política de Hannah Arendt, investigando de que maneira as transformações promovidas pela sociedade digital afetam a constituição do mundo comum, a experiência da pluralidade e a preservação da dignidade política como fundamento da vida democrática.

1 Do Espaço Público ao Espaço Digital: continuidades ou rupturas da experiência política

O espaço público ocupa lugar central na filosofia política de Arendt por constituir o âmbito no qual a liberdade se manifesta por meio da ação e do discurso entre indivíduos plurais. Não se trata apenas de um espaço físico, mas de uma realidade política construída pela presença dos sujeitos e pela possibilidade de iniciarem algo novo em comum. Nessa linha, Arendt compreende que:

A ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos aparecem uns aos outros, não como objetos físicos, mas enquanto homens. Essa aparição, em contraposição à mera existência corpórea, depende da iniciativa de cada um em mostrar quem é por meio da palavra e da ação. (2020, p. 223)

Essa compreensão evidencia que o espaço público é inseparável da experiência da pluralidade e da liberdade³, tornando-se condição indispensável para a constituição de um mundo comum. Ao considerar as transformações da contemporaneidade, observa-se que a expansão das tecnologias digitais modifica profundamente as formas de interação social e participação política. Embora a comunicação em rede amplie as

³ Em Hannah Arendt, a liberdade não deve ser compreendida como uma faculdade interior da vontade ou como simples ausência de impedimentos, mas como uma experiência essencialmente política, realizada na ação e no discurso entre indivíduos plurais. “Os homens são livres diferentemente de possuírem o dom da liberdade enquanto agem” (Arendt, 2018, p. 199). Nessa perspectiva, Celso Lafer observa que a liberdade, em Arendt, “manifesta-se na participação no espaço público, onde a ação compartilhada torna possível o aparecimento da singularidade humana e a construção do mundo comum” (Lafer, 2003, p. 154-156).

possibilidades de circulação da informação, ela também redefine as condições de formação da opinião pública e da deliberação coletiva. É nesse contexto que Habermas (2003, p. 92) compreende a esfera pública como “uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicativos são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos”.

Entretanto, para Arendt, a comunicação, por si só, não garante a existência da política, pois esta exige a presença efetiva de sujeitos capazes de agir conjuntamente em um espaço compartilhado. A autora observa que “a pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (Arendt, 2020, p. 8). Dessa forma, a passagem do espaço público tradicional para o espaço público digital revela uma tensão fundamental. Se, por um lado, amplia as possibilidades comunicativas, por outro, pode fragilizar a experiência da ação política quando reduz a pluralidade ao consumo fragmentado de informações e à mediação algorítmica das relações sociais.

A transição do espaço público para o ambiente digital⁴ não representa apenas uma mudança nos meios de comunicação, mas uma transformação nas próprias condições de constituição da experiência política⁵.

⁴ Arendt desenvolveu sua teoria do espaço público em um contexto histórico anterior ao advento da internet e das redes sociais. Com isso, as reflexões apresentadas neste trabalho não consistem em uma aplicação direta de sua filosofia ao ambiente digital, mas em uma interpretação hermenêutica de suas categorias fundamentais, especialmente ação, pluralidade, espaço de aparição e mundo comum, para compreender os desafios políticos da contemporaneidade. Todavia, está sendo preservado seu núcleo teórico sem desconsiderar as especificidades do presente. Tal procedimento evita tanto o anacronismo quanto a simples transposição de categorias elaboradas em circunstâncias distintas.

⁵ A noção de espaço público fundamenta-se na compreensão de que a política emerge da ação compartilhada entre sujeitos plurais. Arendt (2020, p. 222) identifica “o

Em Arendt, a política somente se realiza quando indivíduos distintos compartilham um mundo comum, no qual a palavra e a ação adquirem sentido perante os outros. A perda dessa dimensão compromete a liberdade e enfraquece a esfera pública enquanto espaço de reconhecimento recíproco. Sem a ação capaz de pôr em movimento o mundo, inaugurando o novo começo que cada homem e mulher traz consigo pelo simples fato de ter nascido, “não há nada que seja novo debaixo do sol” (Arendt, 2020, p. 223). E, sem o discurso, a ação perderia o seu agente revelador e, com ele, o próprio significado.

Podemos perceber que a velocidade das interações digitais pode dificultar precisamente aquilo que caracteriza o espaço público, ou seja, no exercício do julgamento, da deliberação e da construção de um mundo comum entre diferentes. Para Seyla Benhabib, uma das principais intérpretes contemporâneas de Arendt, ressalta que a permanência da democracia depende da preservação de espaços onde a pluralidade possa manifestar-se concretamente. Para a autora, a perda desse horizonte compromete o próprio sentido da política enquanto experiência compartilhada, pois “o mundo comum não é um dado natural, mas uma realização política continuamente renovada pelas práticas de interação, deliberação e reconhecimento entre cidadãos” (Benhabib, 2003, p. 128, tradução nossa).

Essa interpretação reforça a atualidade do pensamento arendtiano diante das transformações contemporâneas, pois evidencia que o desafio

espaço público como o lugar de aparição onde a liberdade se manifesta pela ação e pelo discurso”. Habermas (2003, p. 20), por sua vez, compreende “a esfera pública como uma rede comunicativa voltada à formação da opinião e da vontade política”. Benhabib (2003, p.202, tradução nossa) acrescenta que o “mundo comum” não é uma realidade dada, mas uma construção continuamente renovada por práticas de deliberação, reconhecimento e participação democrática. Essa aproximação não elimina as diferenças entre esses autores, mas evidencia uma convergência quanto à centralidade da interação pública para a preservação da vida política.

não consiste apenas em ampliar os canais de comunicação, mas em reconstruir condições efetivas para que a ação política, a pluralidade e a liberdade possam reaparecer no espaço público, preservando a dignidade política como fundamento da vida democrática. Benhabib complementa ao dizer que:

[...] O espaço público é o espaço no qual uma coletividade se torna presente para si mesma e se reconhece por meio de um repertório interpretativo compartilhado. Nesse sentido, o espaço público não é apenas um lugar físico, mas o horizonte dentro do qual a ação política adquire significado e legitimidade (Benhabib, 2003, p. 201, tradução nossa).⁶.

Nesse contexto, o ambiente digital oferece uma sensação de pertencimento imediato, mas nem sempre promove o compromisso necessário à construção de projetos coletivos, reforçando o risco de enfraquecimento da esfera pública. “Na modernidade líquida, os laços humanos tendem a ser frouxos, soltos, frágeis e provisórios. As relações são estabelecidas e desfeitas com facilidade, sem o compromisso de durabilidade” (Bauman,

⁶ A leitura de Benhabib amplia a compreensão arendtiana ao demonstrar que o espaço público não deve ser entendido apenas como um lugar de visibilidade política, mas como o horizonte em que uma coletividade constrói significados compartilhados e reconhece sua própria existência política. Desse modo, a crise do espaço público na contemporaneidade não representa apenas uma mudança nas formas de comunicação, mas uma ameaça às condições de constituição do mundo comum e da própria dignidade política. Como sintetiza Benhabib, “a esfera pública é o espaço no qual se desenvolvem as disputas pela interpretação das necessidades, das identidades e dos objetivos coletivos” (Benhabib, 1992, p. 89, tradução nossa). Por isso, o espaço público virtual não possui identidade própria, o que possui muitas das vezes são identidades criadas por inteligência artificial ou até mesmo avatares que der para se esconder que realmente é. No espaço público da pluralidade, ele não tem como se esconder, pois, os demais ver e escutar por meio das nossas ações.

2001, p. 15). Essa dinâmica revela que a conexão digital, embora proporcione a ilusão de pertencimento, não substitui a experiência política fundada na ação conjunta e na responsabilidade compartilhada.

A transição do espaço público tradicional para o ambiente digital não representa, necessariamente, a substituição da política, mas a transformação das formas pelas quais os indivíduos estabelecem vínculos, compartilham experiências e constroem significados coletivos. Para Arendt, a existência de um mundo comum depende da presença efetiva dos sujeitos e da possibilidade de agir em conjunto. Entretanto, a comunicação mediada por plataformas digitais altera profundamente essa experiência, pois privilegia interações instantâneas que nem sempre resultam na constituição de espaços permanentes de deliberação e ação política. Compreende que “o ciberespaço não compreende apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ele abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (Lévy, 1999, p. 17).

Embora Lévy reconheça as potencialidades democráticas do ciberespaço, sua análise permite compreender que a tecnologia constitui apenas o suporte das relações sociais. A efetivação da política continua dependendo da capacidade dos sujeitos de transformar informação em diálogo, participação e ação coletiva, aspectos centrais da filosofia política de Arendt.

A ação e o discurso são tão intimamente relacionados porque o ato primordial e especificamente humano deve, ao mesmo tempo, conter a resposta à pergunta que se faz a todo recém-chegado: 'Quem és?'. Essa revelação de quem alguém é está implícita tanto em suas palavras quanto em seus atos (Arendt, 2020, p. 205)

A política não se reduz ao intercâmbio de informações, mas exige relações nas quais os indivíduos possam revelar sua singularidade

mediante a ação e o discurso. Nesse contexto, o ambiente digital somente poderá constituir um espaço público se favorecer a construção de um mundo comum e não apenas a circulação acelerada de conteúdo. Mas que posso construir “a responsabilidade pelo mundo comum exige sujeitos capazes de agir conjuntamente, preservando a pluralidade como fundamento da experiência política e da liberdade” (Farias Júnior, 2021, p. 97). A tecnologia pode ampliar as possibilidades de comunicação, mas não substitui aquilo que fundamenta a política, que é a existência de uma pluralidade capaz de construir um mundo comum mediante a ação e o discurso.

Nessa conjuntura, o ambiente digital deve ser compreendido menos como a negação do espaço público e mais como sua reconfiguração histórica. Todavia, essa reconfiguração somente preservará o sentido da política se conseguir manter aquilo que Arendt considera essencial, que é a pluralidade, a ação e o discurso como fundamentos da convivência democrática, pois “a política trata da convivência entre diferentes” (Arendt, 2017, p. 21). Quando as relações digitais reduzem a participação à circulação acelerada de informações ou ao consumo de opiniões previamente filtradas por algoritmos, o risco não é apenas tecnológico, mas eminentemente político, pois compromete a constituição do mundo comum e enfraquece a experiência da liberdade.

A análise desenvolvida até aqui demonstra que a crise do espaço público não decorre apenas das transformações tecnológicas, mas da perda das condições que possibilitam a ação política como experiência de liberdade entre sujeitos plurais. Para Arendt, a política nasce da convivência entre diferentes e da capacidade humana de inaugurar novos começos no interior de um mundo compartilhado. Nesse sentido, “a *raison d'être* da política é a liberdade, e seu domínio de experiência é a ação” (Arendt, 2018, p. 146). Quando a esfera pública deixa de favorecer o agir conjunto e passa a privilegiar a exposição permanente, o desempenho e a visibilidade, a experiência política é progressivamente substituída por formas de

reconhecimento que já não se fundamentam na pluralidade, mas na lógica da performance.

Essa compreensão evidencia que a política não pode ser reduzida à comunicação instantânea ou à simples circulação de informações. A permanência do espaço público depende da preservação da pluralidade como fundamento da liberdade e da convivência democrática, condição sem a qual desaparece o próprio sentido da ação política. “A política, em Hannah Arendt, somente adquire sentido quando preserva o espaço em que os homens podem agir e falar em comum” (Jardim, 2011, p. 118). Contudo, a reconfiguração digital do espaço público não se limita a alterar os meios pelos quais os indivíduos se comunicam; ela transforma a própria natureza do reconhecimento e da aparição pública.

Quando as interações passam a ser mediadas por plataformas que operam sob a lógica do desempenho e da visibilidade contínua, a política corre o risco de ceder lugar para a “sociedade da transparência”, na qual “as coisas se tornam transparentes quando abandonam sua singularidade e se expressam inteiramente na dimensão do preço” (Han, 2017, p. 9). Essa transição da pluralidade para a lógica da performance constitui precisamente o núcleo da crise contemporânea da dignidade política, e será examinada na seção seguinte.

2 A Dignidade Política: Entre a Pluralidade e a Sociedade da Performance

A seção anterior demonstrou que a reconfiguração digital do espaço público não se limita a alterar os meios de comunicação, mas transforma a própria natureza da aparição pública. Quando as interações passam a ser mediadas por plataformas⁷ orientadas pela lógica da

⁷ Embora Hannah Arendt não tenha desenvolvido uma reflexão sobre o ambiente digital, suas categorias de ação, pluralidade e espaço público permitem compreender

visibilidade contínua, a política corre o risco de ceder lugar àquilo que Byung-Chul Han denomina de sociedade da transparência. Arendt (2020, p. 28) nos aponta que “nenhuma sociedade humana pode existir sem um lugar no mundo, sem um espaço público onde os homens possam aparecer uns aos outros e agir em conjunto”.

Essa advertência ganha contornos ainda mais urgentes no horizonte contemporâneo, onde a virtualização das relações ameaça precisamente as condições de possibilidade desse espaço comum. Cabe agora examinar de que modo essa passagem da pluralidade para a performance compromete aquilo que Arendt compreende como dignidade política e que condição que isso pode ser um atributo individual, constitui-se no espaço comum onde os sujeitos, mediante a ação e o discurso, revelam quem são e assumem responsabilidade pelo mundo compartilhado.

Para Arendt, a dignidade política encontra seu fundamento na condição humana da pluralidade, entendida não como mera coexistência de indivíduos, mas como o espaço relacional no qual a singularidade de cada um pode emergir diante dos outros. “A política trata da convivência entre diferentes, e não entre iguais, pois a igualdade não é natural, mas produzida pela organização humana” (Arendt, 2018, p. 221). A dignidade, nesse horizonte, não é algo que se possua isoladamente, mas algo que se constrói na presença dos outros, mediante o ato de aparecer publicamente e de assumir responsabilidade pelo mundo comum. Arendt (2018, p. 221) adverte que “o sentido da política é a liberdade, e a experiência da

criticamente as transformações políticas da contemporaneidade do espaço público para o espaço público digital. Nessa direção, Byung-Chul Han afirma que “o enxame digital não é nenhuma massa porque não é uma voz. Também não é um nós” (HAN, 2018, p. 28). A comunicação em rede aproxima indivíduos, mas não garante a constituição de um espaço público orientado pela ação política e pela pluralidade, tal como concebida por Arendt, pois não cria teias de relações; nesse espaço digital se criam muito mais desinformação e discursos de ódio do que debate político.

liberdade é a ação, que se dá sempre no espaço da pluralidade, onde os homens se revelam uns aos outros por meio da palavra e do feito”.

Entretanto, a virtualização das relações sociais introduz uma transformação profunda nas condições dessa aparição. Se, para Arendt, o espaço público exige a presença efetiva dos sujeitos e a possibilidade de agir em conjunto, o ambiente digital privilegia interações mediadas por algoritmos que reorganizam as formas de visibilidade, reconhecimento e participação⁸. Os algoritmos, nesse contexto, não são neutros: operam como dispositivos de modulação que definem quais vozes circulam, quais conteúdos ganham destaque e quais discursos permanecem invisíveis. “Os algoritmos modulam comportamentos e escolhas políticas, reorganizando as condições de participação na esfera pública por meio de códigos invisíveis que operam nas plataformas digitais” (Silveira, 2019, p. 45),

Essa mediação algorítmica altera radicalmente o significado da presença pública. Nas redes digitais, a identidade política tende a ser reduzida à produção contínua de conteúdos capazes de atrair atenção, curtidas e compartilhamentos. A lógica algorítmica privilegia o desempenho individual em detrimento da construção de experiências comuns, favorecendo a substituição do diálogo pela competição por visibilidade. “A internet amplia as oportunidades de comunicação política, mas isso não implica, por si só, maior qualidade da participação democrática” (Gomes, 2005, p. 218). O espaço virtual, assim, deixa de ser apenas um meio de comunicação para tornar-se um ambiente orientado pela performance, no qual o reconhecimento depende menos da participação política do que da capacidade de manter-se constantemente exposto.

⁸ A respeito desse processo, Rousiley Celi Moreira Maia destaca que os ambientes digitais podem ampliar o debate público, mas sua efetividade democrática depende da existência de práticas deliberativas capazes de promover o reconhecimento recíproco entre os participantes. Segundo a autora, “as tecnologias de comunicação não substituem as condições normativas da esfera pública, exigindo procedimentos que favoreçam a argumentação e a formação de consensos” (MAIA, 2008, p. 295).

É precisamente nesse ponto que se opera a passagem da pluralidade para a sociedade da performance. Michel Foucault, ao analisar as sociedades disciplinares, demonstrou que o poder moderno não opera pela repressão ostensiva, mas pela vigilância contínua que molda corpos e condutas.

Aquele que está submetido a um campo de visibilidade, e que o sabe, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição (Foucault, 2014, p. 195).

Para Byung-Chul Han, entretanto, a sociedade contemporânea superou esse modelo, não se trata mais da sociedade disciplinar descrita por Foucault, mas de uma sociedade do desempenho, na qual a exploração já não necessita da vigilância externa, pois se internaliza como autoexploração voluntária. “A sociedade do desempenho produz depressivos, fracassados e esgotados, que se culpam por não conseguirem atingir os padrões de produtividade e visibilidade impostos pelo sistema” (Han, 2015, p. 31). Nessa dinâmica, a presença pública deixa de orientar-se pela ação compartilhada para converter-se em exposição permanente, na qual o sujeito se torna simultaneamente explorador e explorado de si mesmo. Se, em Foucault, a sujeição ainda dependia de um olhar externo que o indivíduo interiorizava, em Han o olhar vigilante se dissolve por completo, e cada um se torna empresário de sua própria visibilidade.

A dignidade política, nesse contexto, é profundamente tensionada. Se, em Arendt, a dignidade se funda na capacidade de aparecer diante dos outros como sujeito singular e responsável pelo mundo comum, na sociedade da performance a aparição converte-se em estratégia de autopromoção e gestão da própria imagem. “A transparência compulsiva elimina a opacidade necessária à formação do outro, transformando o espaço

público em um palco de exibição onde todos se expõem, mas ninguém verdadeiramente se encontra” (Han, 2017, p. 22). A pluralidade arendtiana que exigia a presença de diferentes reunidos em torno de um mundo comum cede lugar a uma multiplicidade de indivíduos isolados que competem por atenção, sem que se constitua entre eles um espaço de ação compartilhada.

Essa transformação encontra eco na análise de André Duarte, para quem a atualidade do pensamento arendtiano reside precisamente em evidenciar que:

A política somente subsiste quando existe um espaço compartilhado de aparição entre pessoas plurais. A eliminação desse espaço conduz à substituição da ação pela administração e da cidadania pelo isolamento dos indivíduos (Duarte, 2010, p. 132).

Quando o espaço público é absorvido pela lógica da performance, desaparecem as condições de exercício da liberdade e da cidadania, pois a política que em Arendt nasce da convivência entre diferentes é substituída pela gestão de imagens e pela competição por visibilidade. Celso Lafer, complementa esse diagnóstico ao demonstrar que:

[...] O mundo comum, em Hannah Arendt, representa o espaço de convivência entre diferentes, onde a política se torna possível pela ação e pelo discurso. Sem essa dimensão pública, desaparecem as condições de exercício da liberdade e da cidadania. (2003, p. 87)

A passagem da pluralidade para a sociedade da performance revela, portanto, não apenas uma mudança nos meios de participação, mas uma alteração nas próprias condições de reconhecimento dos sujeitos. Enquanto, em Arendt, aparecer diante dos outros significa assumir

responsabilidade pela construção do mundo comum, no ambiente digital a aparição tende a converter-se em mera exposição, esvaziando aquilo que constitui o núcleo da experiência política.

A ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos aparecem uns aos outros, não como objetos físicos, mas enquanto homens. Essa aparição, em contraposição à mera existência corpórea, depende da iniciativa de cada um em mostrar quem é por meio da palavra e da ação (Arendt, 2020, p. 223).

Se, para Arendt, a aparição pública estava vinculada à capacidade de iniciar algo novo em conjunto com os outros, na contemporaneidade ela passa a ser frequentemente mediada por plataformas digitais que valorizam visibilidade, desempenho e engajamento, esvaziando precisamente aquilo que constitui o fundamento da dignidade política: a pluralidade como condição da ação e da liberdade. Em outras palavras

A esfera pública contemporânea não pode ser compreendida apenas pela ampliação dos meios digitais de comunicação, pois a participação democrática depende da qualidade das interações e da capacidade de os cidadãos construir processos efetivos de deliberação. Os ambientes digitais ampliam oportunidades de expressão, mas também produzem assimetrias de visibilidade e reconhecimento que interferem diretamente na formação da opinião pública e na legitimidade dos processos democráticos (Mendonça, 2011, p. 73-74).

O desafio contemporâneo, portanto, consiste em recuperar, no interior do espaço virtual, práticas capazes de preservar a pluralidade, o diálogo e o reconhecimento recíproco, impedindo que a esfera pública seja absorvida integralmente pela lógica da performance. A dignidade política,

longe de ser um atributo individual, somente se sustenta quando os sujeitos encontram condições para agir conjuntamente, revelando quem são e assumindo responsabilidade pelo mundo que compartilham. Resta investigar, na seção seguinte, de que modo a educação pode contribuir para a reconstrução dessas condições de pluralidade e ação política no horizonte da cultura digital.

A dignidade política, nesse horizonte, encontra-se ameaçada não apenas pela perda do espaço público, mas pela erosão das condições de reconhecimento mútuo. Para Paul Ricoeur (2014, p. 268), “é no nível da reciprocidade que o reconhecimento de si se entrelaça com o reconhecimento do outro”. Quando a presença pública se converte em autopromoção, o reconhecimento deixa de ser mútuo para tornar-se assimétrico, cada sujeito busca ser reconhecido sem reconhecer efetivamente o outro como igual em dignidade. A política, que em Arendt nascia do encontro entre diferentes reunidos em torno de um mundo comum, degenera em competição pela visibilidade, onde o outro não é mais um interlocutor, mas um concorrente ou um mero espectador.

Conclusão

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permite responder ao problema inicialmente proposto. Embora o espaço digital amplie significativamente as possibilidades de comunicação, mobilização e circulação de informações, ele não efetiva, por si só, as condições da política tal como compreendida por Hannah Arendt. A esfera pública digital pode favorecer encontros, debates e articulações coletivas, mas permanece insuficiente quando substitui a presença, a ação e o discurso por formas de interação condicionadas pela velocidade, pelos algoritmos e pela lógica da performance.

Nesse sentido, o eclipse do mundo comum não representa o desaparecimento absoluto da política, mas o obscurecimento das condições que tornam possível sua existência. Como observa Margaret Canovan (1992, p. 280, tradução nossa), "o maior perigo para a política moderna não é apenas a perda das instituições, mas o enfraquecimento do mundo compartilhado onde os homens podem agir conjuntamente". É precisamente esse obscurecimento que justifica a metáfora do eclipse presente no título deste trabalho. O mundo comum permanece possível, mas sua luminosidade política encontra-se parcialmente encoberta pelas dinâmicas da sociedade contemporânea.

Essa transformação torna-se ainda mais evidente quando comparada ao ideal político da pólis grega, frequentemente retomado por Arendt como paradigma da experiência pública. Entre os gregos, participar da vida pública significava conquistar uma forma de permanência no mundo por meio da ação e da palavra, alcançando aquilo que Arendt denomina de "imortalidade terrena" (Arendt, 2020, p. 31). Inspirando-se na tradição homérica, que recorda que os feitos realizados diante da comunidade eram preservados pela memória coletiva e pela poesia, impedindo que a existência humana desaparecesse no esquecimento. Como se lê na *Ilíada*, "a glória dos homens jamais perecerá" (Homero, 2013, p. 197), indicando que a ação pública sobrevivia ao próprio indivíduo graças ao reconhecimento dos outros.

Por fim, conclui-se que a crise analisada neste trabalho não constitui apenas um desafio tecnológico, mas, sobretudo, um problema filosófico e político acerca das condições de possibilidade da própria experiência democrática. O pensamento de Hannah Arendt permanece atual precisamente porque recorda que nenhuma inovação técnica substitui a necessidade da pluralidade, da responsabilidade compartilhada e da ação entre iguais. Ao mesmo tempo, seria precipitado afirmar que a sociedade digital representa definitivamente o fim da política ou do espaço público.

O eclipse do mundo comum, portanto, deve ser entendido menos como um colapso definitivo da política e mais como um diagnóstico crítico de nosso tempo, que desafia as gerações presentes e futuras a reconstruírem espaços capazes de preservar a liberdade, a pluralidade e a dignidade política em meio às constantes transformações da condição humana.

Referências

ARENDT, H. *A condição humana*. 14. ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

ARENDT, H. *A promessa da política*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2018.

ARENDT, H. *O que é política?*. Organização de Ursula Ludz. Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENHABIB, S. *Situating the Self: Gender, Community and Postmodernism in Contemporary Ethics*. New York: Routledge, 1992.

BENHABIB, S. *The Reluctant Modernism of Hannah Arendt*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.

CANOVAN, M. *Hannah Arendt: a reinterpretation of her political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

DUARTE, A. *Vidas em risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FARIAS JÚNIOR, J. B. *Responsabilidade política pelo mundo comum: diálogos entre Hans Jonas e Hannah Arendt*. 2021. Tese (Doutorado em Filosofia) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 27, p. 58-78, 2005.

HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAN, Byung-Chul. *A sociedade da transparência*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. *No exame: perspectivas do digital*. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

HOMERO. *Ilíada*. Tradução de Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2013.

JARDIM, E. *Hannah Arendt: pensadora da crise e de um novo início*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LAFER, C. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAIA, R. C. M. *Mídia e deliberação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

MENDONÇA, R. F. Democracia digital e deliberação: a qualidade da interação on-line em debate. *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2, 2011.

RICOEUR, P. *Percurso do reconhecimento: um estudo*. Tradução de Ari Martins. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

SILVEIRA, S. A. da. *Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas*. São Paulo: Edições Sesc, 2019.